



Jorge, Ricardo de Almeida (Porto, 9 de maio 1858—Lisboa, 29 de julho 1939)

Palavras-chave: médico, professor, higiene ou higienista, epidemias.

Filho de um ferreiro na Rua do Almada, Ricardo Jorge entrou aos oito anos para o Colégio da Lapa, onde foi aluno de Ramalho Ortigão na disciplina de francês, e de Manuel Rodrigues da Silva Pinto, em português. Frequentou o Liceu de Santa Catarina e tornou-se amigo de Júlio de Matos. Com dezasseis anos matriculou-se no curso de medicina da Escola Médico-Cirúrgica do Porto. Foi aluno entre 1874 e 1879 e conquistou vários prémios académicos. A sua dissertação de licenciatura intitulou-se, *Um ensaio sobre o nervosismo*. Em 1880 competiu pelo lugar de substituto da secção cirúrgica da mesma Escola com a apresentação do trabalho *Localizações Motrizes no Cérebro*. Depois de aprovado iniciou a sua carreira de professor na escola onde se formou, leccionando as cadeiras de anatomia, histologia e fisiologia experimental, ao mesmo tempo que se dedicava à prática clínica. Desenvolveu também estudos sobre o diagnóstico e tratamento das doenças do sistema nervoso pela hidroterapia, eletricidade e ginástica, os quais colocou em prática, ao fundar, em colaboração com Augusto Henrique de Almeida Brandão, o Instituto Hidroterápico e Eletroterápico, nas dependências do Grande Hotel do Porto, em 1881.

Ao longo da sua carreira participou em vários congressos internacionais e realizou viagens de estudo ao estrangeiro, que designava, “as suas digressões sanitárias”. Em 1883 deslocou-se a Estrasburgo, onde visitou os laboratórios de anatomia patológica de Recklinghausen e Waldeyer, e depois a Paris, onde conheceu o neurologista Charcot e assistiu às suas lições. De volta ao Porto, leccionou a cadeira de Anatomia dos Centros Nervosos e criou o o Laboratório de Microscopia e Fisiologia do Porto.

Casou com Leonor Maria dos Santos e teve dois filhos: Artur Ricardo Jorge, nascido em 1886, médico e professor de Botânica e Zoologia na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e Ministro da Instrução em 1926; e Ricardo Jorge Júnior, nascido 1888, casado com Maria Isabel Ortigão Ramos, com dois filhos.

Na sequência das polémicas levantadas com a instalação dos cemitérios no Porto, em 1884, Ricardo Jorge promoveu quatro conferências dedicadas aos temas da “Higiene em Portugal”, “A Evolução das Sepulturas”, “Inumação e Cemitérios” e “Cremação”, com

as quais demonstrou que os cemitérios não colocavam em risco a saúde pública. Estas conferências foram publicadas no livro *Higiene Social Aplicada à Nação Portuguesa*, amplamente divulgado, e no qual o seu autor concluiu, depois de estudar as condições de sanidade locais, que era absolutamente necessária a intervenção do Estado para a criação de um sistema de saneamento. O rigor do seu estudo e o nível das propostas apresentadas fizeram de Ricardo Jorge um dos mais prestigiados higienistas portugueses, com larga influência nas políticas de saúde em Portugal.

A sua vasta obra, que abrange toda a sua carreira e tem até algumas publicações póstumas, demonstra a variedade dos interesses de Ricardo Jorge. Incidindo maioritariamente sobre as especialidades da Higiene e Epidemiologia, e também sobre Medicina Geral, a lista de mais de sessenta títulos inclui mais de uma dezena de obras literárias e outro tanto de História, além de biografias de figuras ilustres da medicina e mesmo das artes e da literatura. Escreveu ainda sobre Demografia, sobre as termas do Gerês e colaborou regularmente nas revistas *Clínica, higiene e hidrologia*, dirigida por Armando Narciso (1935-1957), *Revista Científica*, dirigida por Teófilo Braga e Júlio de Matos (1882-1982), *A Medicina Contemporânea* (1882-1974), *Lisboa Médica*, entre outras. Publicou também no estrangeiro e em várias revistas internacionais, como o *Bulletin Mensuel de l'Office International d'Hygiène Publique*.

Ricardo Jorge interessou-se pelo termalismo e hidrologia. Em 1886, o químico Adolfo de Sousa Reis pediu-lhe para comentar a sua análise às águas das Caldas do Gerês. A sua apreciação foi tão favorável que Ricardo Jorge decidiu, junto com o seu colega Marcelino Dias, o referido químico Sousa Reis e o capitalista Manuel Joaquim Gomes, pedir a concessão destas termas. Em 1888 o Governo adjudicou-lhes o contrato de exploração por cinquenta anos. Ricardo Jorge exerceu o cargo de diretor clínico da Companhia das Caldas do Gerês entre 1889 e 1892, mas a companhia abriu falência em 1893.

Pouco depois das conferências sobre higiene, Ricardo Jorge foi convidado pela Câmara Municipal do Porto para tomar parte de uma comissão de estudo sobre as condições sanitárias da cidade, no âmbito da qual produziu um inquérito sobre as condições de salubridade urbana. O respetivo relatório final, intitulado *Saneamento do Porto*, foi publicado em 1888. Em 1891 foi nomeado médico municipal do Porto, cargo que desempenhou até 1899. No ano seguinte foi convidado também pela Câmara Municipal para os cargos de Diretor dos Serviços Municipais de Saúde e Higiene da Cidade do Porto e do Laboratório Municipal de Bacteriologia. No âmbito destas atividades publicou a série do respetivo *Anuário do serviço municipal de saúde e higiene da cidade do Porto* e um *Boletim Mensal de Estatística Sanitária do Porto*.

Em 1895 foi nomeado professor titular da cadeira de Higiene e Medicina Legal da Escola Médico-Cirúrgica do Porto.

Em 1899 publicou uma das obras fundamentais para a compreensão dos problemas sanitários da cidade: *Demografia e Higiene da Cidade do Porto: clima, população, mortalidade*. Nesta, o autor descreveu a história da cidade e aprofundou a questão das ilhas como causa para a proliferação de doenças e epidemias, com especial destaque para a tuberculose. O levantamento das condições de vida e higiene das populações que residiam nestes bairros levaram-no a apelidar o Porto de “cidade cemiterial”, devido às péssimas condições sanitárias que ele encontrou. Este seu trabalho, juntamente com os

de Arantes Pereira e do Conde de Samodães, provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, ajudaram a influenciar a Rainha D. Amélia na criação, nesse mesmo ano, da Assistência Nacional aos Tuberculosos e à construção de sanatórios para os doentes.

Em junho de 1899 manifestaram-se vários casos de peste bubónica no Porto, diagnosticados por si, enquanto médico municipal e diretor do posto de desinfecção pública do Porto. Foram encomendados ao Instituto Pasteur de Paris duzentos tubos do soro Yersin, que tinha sido desenvolvido por Alexandre Emile Jean Yersin, um médico Suíço que tinha isolado o bacilo da peste bubónica em 1894, em conjunto com Kitasato Shibasaburō, após investigação sobre esta doença na China. Durante a epidemia de peste em Macau em 1898, o soro já fora testado. No entanto, a sua eficácia dependia da rapidez da aplicação, logo nos primeiros dias da doença, e funcionava melhor ainda como preventivo, como foi usado pelos médicos franceses que se deslocaram ao Porto para estudar a evolução da epidemia: Albert Calmette, delegado do Instituto Pasteur de Paris, e Alessandro Salimbeni, preparador ajudante de Émile Roux.

Apesar da confiança dos médicos franceses neste soro, Ricardo Jorge conhecia bem as condições em que a doença se desenvolvia e os grupos mais afetados: “as classes trabalhadoras, miseráveis e mais imundas, ou nos seus hábitos ou na casa em que residem”. Por esse motivo, foram imediatamente impostas medidas sanitárias rigorosas obrigando à higiene pessoal (com a construção de balneários públicos) e para o combate aos agentes transmissores da doença: os ratos e as pulgas. Ao mesmo tempo criou-se um cordão sanitário à volta do Porto, defendido pelo exército, suprimiram-se todos os comboios de recreio, todas as feiras, romarias e outros ajuntamentos, e obrigou-se a inspeção médica todos os passageiros e funcionários dos comboios, que tinham de cumprir uma quarentena de nove dias.

O Porto sempre reagiu contra as medidas restritivas impostas pelo poder central. Em todos os surtos epidémicos, o isolamento da cidade e as proibições de feiras e mercados foram contestados pelos comerciantes, pelos industriais e pela população como extremamente prejudiciais e que colocava em causa a sobrevivência não só do comércio, mas das próprias pessoas. Assim, a posição oficial das elites do Porto sempre foi de negação do contágio. De facto, com as medidas radicais postas em prática por Ricardo Jorge logo nos primeiros dias do surto de peste bubónica, a doença não se espalhou e teve uma mortalidade reduzida, o que contribuiu para as afirmações locais de que não se tratava de uma epidemia.

No entanto, os banhos obrigatórios, as casas e roupas queimadas quando os médicos e os subdelegados de saúde realizavam visitas domiciliárias, acompanhados pela polícia, e encontrava um doente de peste, e o isolamento forçados dos doentes e de todos os seus familiares e vizinhos em hospitais especiais, todas estas ações eram motivo de grande revolta popular, que provocaram cenas de autêntica guerra civil, com bombas a rebentar onde? e casas de médicos destruídas. Ricardo Jorge foi obrigado a ter proteção policial e chegou a sofrer ataques na sua casa. Nesse período Jorge recebeu a solidariedade dos médicos do Porto pelas circunstâncias difíceis que estava a atravessar no cumprimento das suas obrigações. As medidas sanitárias foram reforçadas e o cordão alargado, o que conduziu à demissão do presidente da Câmara Municipal do Porto, Lima Júnior, por considerar que as determinações impostas pela Junta Consultiva da Saúde Pública provarem que existia má vontade contra a cidade.

Ricardo Jorge ainda se manteve no seu posto mais de um mês, até que apresentou a sua demissão e mudou-se para Lisboa em 15 de outubro de 1899. Câmara Pestana ainda continuou no Porto a estudar a peste bubónica e acabou por ser infetado e morrer no dia 15 de novembro desse ano. Mas o combate contra a disseminação da epidemia estava ganho e a doença foi considerada extinta em janeiro de 1900.

Em Lisboa, Ricardo Jorge foi nomeado inspetor-geral dos Serviços Sanitários do Reino e lente de higiene na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, além de membro do Conselho Superior de Higiene e Saúde. Começou a trabalhar na organização geral dos Serviços de Saúde Pública (Decreto de 28 de dezembro de 1899, sob o Governo de José Luciano de Castro) e no Regulamento Geral dos Serviços de Saúde e Beneficência Pública, de 24 de dezembro de 1901, sob o Governo de Hintze Ribeiro.

O seu trabalho como docente, investigador e mentor da nova legislação deu origem a uma profunda reforma na saúde pública em Portugal, inspirada no modelo inglês, e à criação da Direção-Geral de Saúde e Beneficência Pública (Decreto de 9 de outubro de 1899) e do Instituto Central de Higiene, que iria desempenhar um importante papel na educação, formação e investigação em saúde pública. Em 1929, pelo Decreto nº 16861, de 11 de maio, assinado pelo presidente Carmona e pelo Ministro da Instrução Pública Cordeiro Ramos, ao Instituto Central de Higiene é dado o nome do Dr. Ricardo Jorge, que o tinha dirigido entre 1902 e 1926. Neste instituto se ministravam cursos de Medicina Sanitária e Engenharia Sanitária, os quais forneciam a habilitação necessária para o exercício dos médicos e engenheiros do corpo de saúde pública. O primeiro habilitava para o cargo de delegado de saúde, cujas funções, a nível distrital, incluíam a direção técnica dos serviços sanitários, o licenciamento dos estabelecimentos, a fiscalização da higiene industrial e do trabalho operário ou agrícola, a higiene infantil e as condições sanitárias da população em geral.

As suas preocupações sanitárias levaram-no também ao estudo sistemático sobre a epidemiologia da malária em Portugal, uma doença que assolava as populações há vários séculos, especialmente nas zonas ligadas à cultura do arroz. O resultado do seu estudo originou a publicação do relatório *Epidemiologia. Sobre o estudo e o combate do sezonismo em Portugal*, em 1903, a criação de estações anti-sezonáticas a partir de 1911, e inspirou vários outros estudos desenvolvidos nas décadas seguintes no sentido da erradicação da doença.

Ricardo Jorge participou no Congresso Internacional de Medicina de 1906, no qual presidiu à Secção de Higiene e Epidemiologia. Colaborou também na reforma do ensino médico de 1911, e em 1912 iniciou os seus trabalhos no *Office International de Hygiène Publique*, em Paris. Foi responsável pela publicação dos *Arquivos do Instituto Central de Higiene* (1913-1938) e das *Estatística do movimento fisiológico da população de Portugal*, publicadas anualmente pela secção de demografia e estatística do mesmo instituto entre 1914 e 1925. Pertenceu ao primeiro Ministério da Instrução Pública em 1913, fazendo parte do Conselho de Instrução Pública do governo de Afonso Costa, que durou de 9 de janeiro de 1913 a 9 de fevereiro de 1914. Entre 1914 e 1915 presidiu à Sociedade das Ciências Médicas. Nos anos seguintes visitou formações sanitárias no teatro de guerra, em França.

Em dezembro de 1917 declarou-se uma epidemia de tifo exantemático no Porto. na qualidade de Diretor-Geral da Saúde deslocou-se a essa cidade para estudar o problema

e colocar em prática as primeiras medidas sanitárias., logo em janeiro de 1918, Como resultado do seu inquérito local, elaborou um relatório que foi apresentado no Conselho Superior de Higiene. O seu plano sanitário foi colocado em prática por Augusto de Almeida Monjardino, nomeado comissário do governo na cidade do Porto para combate à epidemia, no dia 23 de fevereiro de 1918, e depois por António de Almeida Garrett, que o sucedeu no cargo. e desde 18 de maio de 1918 dirigiu o combate à epidemia de tifo exantemático que se prolongou até março do ano seguinte. Em simultâneo o comissário do governo teve de lidar com a epidemia de gripe pneumónica que, desde agosto desse ano, e com maior intensidade em outubro, provocou em Portugal um número elevados de mortos.

Se as medidas sanitárias tomadas para evitar a propagação do tifo exantemático foram muito semelhantes às da peste bubónica de 1899, pelo contrário, no contexto da gripe, a sua propagação pelo ar tornou desnecessárias medidas restritivas à circulação de pessoas. Aconselhou-se apenas evitar a permanência em lugares fechados onde houvesse grandes aglomerações, arejamento das habitações e lugares de trabalho, o uso de preparações desinfetantes das vias nasais e garganta, e tornou-se obrigatória a declaração por escrito de todos os casos. Mais tarde as feiras e mercados foram proibidos e as escolas só iniciaram o ano letivo no final do ano. Em simultâneo, entre junho e dezembro de 1918 verificou-se uma epidemia de varíola que obrigou à vacinação em todo o país.

estanho decurso desta crise sanitária, Ricardo Jorge não esqueceu o lado social da questão, preocupando-se em angariar donativos para as vítimas da gripe e seus familiares, uma função que era tradicionalmente exercida pelos particulares e só muito mais tarde, já nos finais do Estado Novo, passou a ser assumida.

Na sequência destas epidemias, Ricardo Jorge participou em conferências internacionais, como a da Comissão Sanitária dos Países Aliados, que se realizou em Paris em abril de 1918, e também, no ano seguinte em março, apresentou à mesma comissão um relatório sobre a gripe; em outubro de 1919 apresentou uma comunicação ao Comité Internacional de Higiene Pública sobre o tifo exantemático no Porto, na qual reafirmou que o piolho, agente responsável pela transmissão da doença, era ainda muito frequente nas classes mais pobres, também as mais afetadas.

Em 1926 Ricardo Jorge foi incumbido de reformar o seu regulamento de saúde pública de 1901. Igualmente, na sua qualidade de diretor-geral da Saúde, foi o responsável, em 1927, pela proibição da Coca-Cola, depois de tomar conhecimento do *slogan* publicitário da bebida criada por Fernando Pessoa: “Primeiro estranha-se, depois entranha-se”. Só no dia 4 de julho de 1977a Coca-Cola voltou a entrar oficialmente em Portugal.

Em 1929 foi nomeado presidente do conselho técnico superior de higiene, da Organização de Saúde, da Sociedade das Nações. Nesse mesmo ano viajou até ao Brasil como representante do *Office International d’Hygiène Publique* para participar nos festejos do centenário da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, e para colaborar com o Instituto Oswaldo Cruz no combate à epidemia de febre-amarela que grassava nessa cidade.

Mesmo nos últimos anos da sua vida continuava a investigar e a publicar. Participou pela última vez numa reunião do *Office International d'Hygiène Publique*, três meses antes de falecer.

Maria Antónia Pires de Almeida
Investigadora do CICP
Escola de Economia e Gestão
Universidade do Minho

Arquivo

Lisboa, Instituto Ricardo Jorge, Biblioteca Digital, Bibliografia Ricardiana,
<http://www.insa.pt/sites/INSA/Portugues/Biblioteca/BiblioDigit/Paginas/Inicio.aspx>

Obras:

Jorge, Ricardo. *Hygiene social applicada à Nação Portuguesa: conferências feitas no Porto*. Porto: Civilização, 1885.

Jorge, Ricardo. *Saneamento do Porto: relatório apresentado à Comissão Municipal de Saneamento*. Porto: Typ. de António José da Silva Teixeira, 1888.

Jorge, Ricardo. *O Gerez thermal: historia, hydrologia, medicina* (Porto: Typ. Occidental, 1888).

Jorge, Ricardo. *Demographia e hygiene da cidade do Porto: clima-população-mortalidade*, Separata do Anuário do serviço municipal de saúde e higiene da cidade do Porto (Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara, 1899).

Jorge, Ricardo. *A peste bubónica no Porto, 1899. Seu descobrimento. Primeiros trabalhos*, Separata do Anuário do serviço municipal de saúde e higiene da cidade do Porto (Porto: Repartição de Saúde e Hygiene da Câmara, 1899).

Jorge, Ricardo. *La malaria au Portugal: Premiers résultats d'une enquête* (Lisbonne: Inspeção Geral dos Serv. Sanitários, 1906).

Jorge, Ricardo. *Tifo exantemático ou tabardilho: relatórios apresentados ao Conselho Superior de Higiene*, 1918.

Jorge, Ricardo. *La grippe: rapport préliminaire présenté à la commission sanitaire des pays alliés dans sa session de mars 1919* (Lisbonne: Imp. Nationale, 1919).

Jorge, Ricardo. *Alastrim et variole: vaccine, encéphalites postvaccinales* (Lisbonne: Institut Central d'Hygiène, 1927).

Jorge, Ricardo. *La fièvre jaune et la campagne sanitaire a Rio de Janeiro: 1928-1929, 1930.*

Bibliografia sobre o biografado:

Almeida, Maria Antónia Pires de, *Saúde pública e higiene na imprensa diária em anos de epidemias, 1854-1918* (Lisboa: Colibri, 2013).

Amaral, Isabel, Ana Carneiro, Teresa Salomé Mota, Victor Machado Borges, José Luís Doria (coords.), *Percursos da Saúde Pública nos séculos XIX e XX – a propósito de Ricardo Jorge* (Lisboa: CELOM – Centro Editor Livreiro da Ordem dos Médicos, 2010).

Coelho, Eduardo, *Ricardo Jorge, o médico e o humanista* (Lisboa: Livr. Luso-Espanhola Lda, 1961).

Correia, Fernando da Silva (compil., anot. e pref.), *A vida, a obra, o estilo, as lições e o prestígio de Ricardo Jorge* (Lisboa: Inst. Superior de Higiene Dr. Ricardo Jorge, 1960).

Sobral, José Manuel, Maria Luísa Lima, Paula Castro e Paulo Silveira e Sousa (orgs.), *A Pandemia Esquecida. Olhares comparados sobre a Pneumónica 1918-1919* (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009).